

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL

*Sílvia Helena Zanirato**

A difusão, conservação e gestão do patrimônio cultural têm sido objeto de uma preocupação crescente no campo da história. A salvaguarda dos testemunhos históricos dos povos e do equilíbrio ecológico e ambiental é uma questão intimamente ligada à preservação da memória histórica e da identidade cultural. Em face disso, parece-me muito oportuna a constituição desta mesa-redonda sobre patrimônio, organizada por renomados intelectuais deste campo do conhecimento.

Os textos aqui presentes abordam experiências de pesquisa que remetem à prospecção, restauração, reabilitação, conservação e difusão do patrimônio cultural.

A arqueóloga Lourdes S. Dominguez, em seu artigo - *Patrimônio em Cuba: el caso de La Habana Vieja como sitio arqueológico*, contempla a formação de um campo de estudos relativos ao patrimônio cultural e, dentro dele, a contribuição da arqueologia histórica. O argumento central da exposição de Dominguez é que a ação restauradora praticada em imóveis de interesse patrimonial requer um estudo sistemático, uma investigação arqueológica prévia, de modo a se obter a maior quantidade possível de informações a respeito dos lugares onde se assentam os imóveis objeto da ação restauradora.

De fato, a contribuição da arqueologia histórica nas pesquisas do patrimônio urbano foi destacada por François Choay, ao mostrar que a cidade material converteu-se em objeto do conhecimento histórico e que “as descobertas arqueológicas determinaram a expansão do campo cronológico no qual se inscrevem os monumentos históricos” (CHOAY, p. 209).

Essa contribuição é revelada de forma bastante precisa nas pesquisas realizadas na Havana Velha. Segundo Dominguez, as escavações arqueológicas permitiram avanços importantes na identificação e salvaguarda do patrimônio, uma vez que ela ajudou a melhor delimitar os espaços, perceber os detalhes construtivos, verificar

* Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

as trocas estruturais sofridas pelo imóvel e por seu entorno, inclusive reconstituir modos de vida do passado.

As experiências realizadas com a arqueologia histórica permitiram obter informações preciosas sobre práticas realizadas nos contextos doméstico, religioso, civil e militar no âmbito da Havana intramuros e decifrar aspectos históricos da sociedade e da cultura sobre os quais a documentação era bastante escassa.

O texto apresentado pela autora permite uma série de reflexões, entre as quais a “tardia” modernidade na história cubana me parece significativa para um debate. Há que se lembrar que até o século XX Havana conseguiu “conservar a coerência e a continuidade de sua estrutura urbana” e manter com certa integridade o tecido viário colonial. Até finais da década de 1950 a cidade ainda mantinha a maior parte das edificações históricas expressas em arquiteturas domésticas, civis, militares, eclesiásticas e comerciais do século XVI ao XIX. A modernidade inaugurada a partir de então “trouxe consigo a construção em massa, a extensão suburbana e a demolição de ambientes históricos” (SEGRE, 1992, p. 105).

A revolução de 1959 interrompeu esse processo e introduziu a valorização do passado na memória social. As edificações passaram por mudanças funcionais e, até finais dos anos 1970, Havana se deteve em crescimento demográfico e na construção de novas edificações.

É claro que houve mutações no espaço urbano, afinal a cidade é dinâmica; não obstante, a cidade tradicional não guarda tão grande distância da cidade moderna; e é essa cidade que revela, sob a forma de fragmentos, uma outra cidade, imersa na Havana atual.

A revitalização da Havana Velha se processa para além dos monumentos, com os objetivos de melhor compreender modos de vida do passado, “avaliar o significado de memória contextual que possuem diferentes assentamentos populacionais e reconverter residências monumentais em pequenos apartamentos, sem alterar sua configuração básica” (IDEM, p. 110).

Esses objetivos, sem dúvida alguma, contribuíram para a associação da arqueologia histórica com a restauração, o que aperfeiçoou em muito os estudos que envolvem o conhecimento e a divulgação do patrimônio cultural.

Entendo que remeter a esse contexto é uma forma de propiciar um entendimento maior dos trabalhos no âmbito cubano, o que só vem a corroborar afirmativas como as de Dominguez, de que a restauração e a

arqueologia são áreas de atuação complementares, as quais traduzem o aperfeiçoamento dos estudos relativos à conservação do patrimônio cultural.

Pedro Paulo Funari e Aline Vieira de Carvalho reforçam essa posição na medida em que tratam da contribuição que a arqueologia pode dar às pesquisas em torno do patrimônio cultural, reconhecendo a diversidade presente nos bens elevados à condição de patrimônio.

Seu texto *O patrimônio em uma perspectiva crítica: o caso do Quilombo dos Palmares* aborda a temática a partir de uma investigação arqueológica ocorrida na região do Quilombo dos Palmares e defende o reconhecimento da pluralidade e da diversidade cultural, a universalização dos bens e sua salvaguarda para as gerações futuras. Para tanto, os autores iniciam sua exposição argumentando que as formulações teóricas e práticas a respeito do patrimônio cultural não podem ser dissociadas do contexto histórico que as originou, porquanto todo conceito é dotado de historicidade. Com esse entendimento historicizam o conceito e assinalam os vínculos estabelecidos entre este, a memória e a identidade nacional, e lembram que o início da experiência brasileira no trato com a preservação do patrimônio foi marcada pelo juízo de que os bens preservados eram paradigmas da cultura e da identidade nacional.

De fato, no contexto das décadas de 1930/1940 foram definidos os símbolos do poder constituído como característicos da cultura e da identidade brasileira. Os feitos do Estado, das instituições dirigentes e das classes sociais mais favorecidas foram consagrados como patrimônio da nação, em detrimento das produções da maioria da população socialmente diferenciada (FENELÓN, 1992).

Não obstante, o conceito passou por transformações ao longo do século XX, sobretudo pelo reconhecimento de que a sociedade é composta por grupos sociais com interesses diferenciados, pertencimentos múltiplos, interesses conflitantes e contraditórios, e não se pode falar em identidade como um dado puro, mas sim, em identidades fluidas e em constante transformação (CASTELLS, 2000, p. 24).

Com base nesse reconhecimento pode-se dizer que hoje o patrimônio cultural de um povo deve abarcar o conjunto de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, de propriedade de particulares, de instituições e organismos públicos ou semipúblicos, que tenham um valor excepcional do ponto de vista da história, da arte e da ciência, da cultura em suma, e que, portanto, sejam dignos conservação.

É certo que a aplicação desse conceito em sua totalidade ainda é bastante limitada no caso brasileiro, tal como mostram Funari e Carvalho. A trajetória da preservação do patrimônio cultural em nosso meio tem sido marcada pelo pouco reconhecimento da diversidade cultural e da multiplicidade de identidades que conformam a sociedade brasileira. O desafio consiste em ampliar e diversificar o que possa ser considerado patrimônio cultural, incluindo aí a produção dos grupos subalternos.

É justamente nesse aspecto que os autores se apegam para mostrar como a arqueologia histórica pode desconstruir mitos alicerçados em uma determinada memória que procura uniformizar processos sociais marcados, ao contrário, pela riqueza da diversidade cultural. Com essa preocupação afirmam que as pesquisas arqueológicas realizadas na Serra da Barriga mostraram o Quilombo de Palmares não como um símbolo da identidade negra, algo homogêneo em sua composição, mas sim, como um espaço caracterizado por uma estrutura plural e por costumes multiétnicos.

Daí depreende-se o argumento central dos autores de que, se o espaço tombado como patrimônio cultural revela a diversidade cultural, igualmente plurais devem ser as políticas que se voltam para a salvaguarda do patrimônio, de forma a preservar os signos dos valores dominantes e dos dominados e incluir segmentos sociais.

Com efeito, essa preocupação vem de longa data nas discussões relativas às políticas patrimoniais contempladas pelos organismos internacionais que se ocupam do patrimônio cultural. Entretanto, mais do que constatar a necessidade de políticas patrimoniais pluralistas, é preciso problematizar esse entendimento e avançar na discussão no sentido de se adotarem os conteúdos da Declaração de Oaxaca, de 1993, quando afirmam que “o pleno desenvolvimento do pluralismo cultural só será possível quando o respeito à dignidade igualitária de todas as culturas tenha sido implantado” (DECLARACION OAXACA, 1993).

Neste sentido, as políticas patrimoniais devem ter eixos de atuação voltados para a preservação da diversidade cultural, para a promoção do encontro e do diálogo de culturas, medidas fundamentais para conviver com a multiculturalidade que caracteriza as sociedades contemporâneas (MARIN, 2005).

A idéia do patrimônio coletivo dos povos e de sua salvaguarda e divulgação aparece contemplada no texto de Joseph Ballart Hernández, ao tratar do patrimônio cultural em sua associação com o turismo.

O turismo, na definição da Organização Mundial de Turismo, corresponde a “todas as atividades que realizam as pessoas durante suas

viagens e estadias em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de ócio, por negócios e outros atrativos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (FULLANA e AYUSO, 2002, p. 14).

Essa conceituação é empregada por Ballart ao destacar as relações entre o turismo e a cultura. A preocupação do autor é superar os desafios colocados para que a exploração dos bens culturais tangíveis e intangíveis que conformam o patrimônio cultural dos povos possa ocorrer por meio de um turismo praticado de forma sustentável. Em seu entendimento, o turismo pode ser um fator de esperança para o desenvolvimento dos povos, em particular dos países do Terceiro Mundo, desde que seja possível controlar os impactos produzidos por essa atividade nas comunidades receptoras de turistas.

De fato, para que a atividade turística seja sustentável é preciso que seu desenvolvimento seja desenhado de forma planejada, de modo a minimizar os impactos que podem repercutir negativamente no entorno ambiental, sociocultural e econômico. É essa a preocupação que norteia a abordagem de Ballart, fundamentada novamente na definição da OMT de que o turismo sustentável é “aquele que satisfaz as necessidades dos turistas e das regiões anfitriãs, ao mesmo tempo em que protege e melhora as oportunidades do futuro”. Para que esse possa ser praticado de forma sustentável é necessário que a gestão de seus recursos “satisfaça as necessidades econômicas, sociais e estéticas ao mesmo tempo em que se respeita a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de apoio à vida” (IDEM, p. 30).

Tomando como referência a América Latina, Ballart busca mostrar que o desenvolvimento da atividade turística nesse espaço não deve ser dissociado de suas culturas, pois o turismo é um fenômeno sociocultural, e não uma atividade meramente econômica. Com essa preocupação procura traçar pontos que considera importantes para a definição/redefinição de políticas de distribuição da riqueza gerada pelo turismo para as comunidades receptoras.

A validade do argumento apresentado por ele reside na abordagem da sustentabilidade do turismo cultural. Não obstante, não se pode ignorar que a relação entre turismo e patrimônio é conflitiva, pois o afluxo de visitantes pode acarretar a deterioração física dos bens tangíveis e incidir negativamente sobre sua dimensão simbólica e funcional (CALLE VAQUERO, 2002, p. 18).

É justamente esse aspecto que entendo deveria ser contemplado na exposição de Ballart. Preocupado em apontar os caminhos necessários para a adoção de políticas turísticas pelos países latino-americanos, o autor listou uma série de passos para se chegar ao turismo sustentável; no entanto, em meu entendimento, o impacto ambiental causado pela afluência turística é um dado que mereceria ter sido melhor considerado.

Ora, o turismo não é inócuo, ele gera uma série de conflitos com a sociedade e o ambiente receptores, destruindo culturas e estilos de vida, ou explorando os grupos sociais mais vulneráveis. Não dá pra se falar em turismo sustentável se não for possível controlar o perfil turístico da localidade. É então fundamental que se considere o respeito ao equilíbrio entre os interesses das comunidades locais e os interesses dos turistas, o respeito às culturas, ao patrimônio e ao ambiente das comunidades receptoras.

Segundo a Carta de Turismo Cultural adotada pela ICOMOS em 1976, é fundamental educar os turistas e os receptores quanto ao respeito aos bens visitados, e evitar os efeitos negativos do crescimento turístico anárquico e excessivo (IDEM, p. 18).

É o caso de se pensar na adoção de um código deontológico que trate das responsabilidades inerentes ao desenvolvimento do turismo cultural, seja para as comunidades receptoras seja para os turistas. Assim poderemos, com maior clareza, proteger e difundir o patrimônio cultural.

Enfim, os três textos aqui comentados demonstram quão profícuos podem ser os estudos relacionados com o patrimônio, no sentido de se olhar para um passado cultural que necessita ser recuperado, protegido e reconhecido como um testemunho dos significados atribuídos a coisas e lugares pelas gerações que nos antecederam. Esse é o nosso compromisso: garantir para as gerações futuras ao menos “o atual padrão de riqueza de valores acumulados ao longo de séculos de civilização” (ZANCHETTI, 2002, p. 81).

REFERÊNCIAS

- CALLE VAQUERO, M. *La ciudad histórica como destino turístico*. Barcelona, Ariel, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Estação Liberdade, ED. UNESP, 2001.

DECLARACIÓN OAXACA, Disponível em www.conabio.gob.mx/remib/doctos/declaracion.html. Capturado em 17 de abril de 2005.

FENELON, D. Políticas culturais e patrimônio histórico. In SÃO PAULO (cidade), Secretaria Municipal da Cultura/DPH. *O direito á memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH/SMC, 1992.

FULLANA, P. e AYUSO S. *Turismo sostenible*. Barcelona, Rubes, 2002.

MARIN, J. Globalização, neoliberalismo, educação e diversidade cultural. In PELEGRINI, S. e ZANIRATO, S. *Narrativas da modernidade na pesquisa histórica*. Maringá, EDUEM, 2005.

SEGRE, R. Havana: o resgate social da memória histórica. In SÃO PAULO (cidade), Secretaria Municipal da Cultura/DPH. *O direito á memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH/SMC, 1992.

ZANCHETI, S. O desenvolvimento sustentável urbano. In JOKILEHTO, J. et alli. *Gestão do patrimônio cultural integrado*. CECI, UFPE, 2002.